



Solicitação de Esclarecimentos - Edital - Pregão Eletrônico N° 90003/2026

De Departamento Licitações <deptolicita@gmail.com>

Data Seg, 2026-04-06 10:31

Para LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de suspeita, informe imediatamente a ETIR/MAPA por meio do contato: etir@agro.gov.br.

Prezados,

TRIUNFO LEGIS SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.240.053/0001-08 interessada em participar do Pregão Eletrônico N° 90003/2026, promovido por esta Administração, vem, por meio deste, solicitar resposta aos questionamentos elencados abaixo:

Questionamentos:

1 – Após análise detalhada do termo de referência - Pregão Eletrônico N° 90003/2026, especialmente do item 10.8.1.4, que trata da habilitação técnica para o presente certame, reproduzimos abaixo o trecho pertinente:

“10.8.1.4 Para o Grupo 3 INMET: A Licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a Licitante tenha executado ou esteja executando serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Datacenter Sala-Cofre ou Sala Segura, com características similares ao objeto da licitação, contemplando, no mínimo, as seguintes parcelas de maior relevância:

- a) Sala Segura ou Sala-Cofre com área mínima de 15 m²;
- b) Piso elevado, incluindo serviços de limpeza técnica;
- c) Sistema de climatização de precisão com capacidade mínima de 15 kW;
- d) Sistema de combate a incêndio utilizando gás FM200 ou equivalente;
- e) Sistema de detecção e alarme de incêndio, incluindo detecção precoce (VESDA ou similar);
- f) Sistema de monitoramento ambiental remoto (temperatura, umidade, alagamento, etc.) em tempo real 24x7, com central de atendimento dedicada e abertura de chamado automática;
- g) Sistema de controle de acesso (cartão de proximidade ou biometria).
- h) Teste de estanqueidade realizado conforme NFPA 2001 ou ASTM E779, devendo ser apresentado o relatório de comprovação do teste de estanqueidade da sala, emitido pelo organismo certificador.

De acordo com o parágrafo 10, art. 67 da Lei nº 14.133 | Nova Lei De Licitações, de 01 de abril de 2021, descrito abaixo:

“§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.”

Nesse contexto, entende-se que a exigência de atestado de capacidade técnica referente à manutenção do item “Sistema de controle de acesso (cartão de proximidade ou biometria)” configura restrição à competitividade, uma vez que tal item não se enquadra como parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado.

a) Caso a Administração entenda imprescindível a manutenção da exigência de experiência específica, solicita-se que sejam apresentadas justificativas técnicas detalhadas e fundamentadas, demonstrando de forma clara e objetiva a relação direta entre tais itens e a execução das parcelas de maior relevância do objeto. Requer-se, ainda, que seja evidenciado o porquê a ausência desses atestados comprometeria a adequada execução contratual, garantindo, assim, a transparência e a motivação do ato administrativo.

2 – Após análise detalhada do termo de referência - Pregão Eletrônico N° 90003/2026, especialmente do item 10.8.1.4, que trata da habilitação técnica para o presente certame, reproduzimos abaixo o trecho pertinente:

“10.8.1.4 Para o Grupo 3 INMET: A Licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a Licitante tenha executado ou esteja executando serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Datacenter Sala-Cofre ou Sala Segura, com características similares ao objeto da licitação, contemplando, no mínimo, as seguintes parcelas de maior relevância:

- a) Sala Segura ou Sala-Cofre com área mínima de 15 m²;
- b) Piso elevado, incluindo serviços de limpeza técnica;
- c) Sistema de climatização de precisão com capacidade mínima de 15 kW;
- d) Sistema de combate a incêndio utilizando gás FM200 ou equivalente;
- e) Sistema de detecção e alarme de incêndio, incluindo detecção precoce (VESDA ou similar);
- f) Sistema de monitoramento ambiental remoto (temperatura, umidade, alagamento, etc.) em tempo real 24x7, com central de atendimento dedicada e abertura de chamado automática;
- g) Sistema de controle de acesso (cartão de proximidade ou biometria).
- h) Teste de estanqueidade realizado conforme NFPA 2001 ou ASTM E779, devendo ser apresentado o relatório de comprovação do teste de estanqueidade da sala, emitido pelo organismo certificador.

Nesse contexto, entende-se que a exigência de atestado de capacidade técnica referente à manutenção do item “Sistema de controle de acesso (cartão de proximidade ou biometria)” configura restrição à competitividade, levando em consideração a base legal da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, disposta abaixo:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.”

Desse modo, a manutenção nesse sistema previamente mencionado não demanda, alteração, modificação e sequer a reconstrução da sala, tampouco afeta a estanqueidade ou resistência ao fogo da estrutura ou qualquer outra característica do ambiente. Razão pela qual não pode restringir à apenas empresas que possuem essa documentação de capacidade técnica.

Dessa forma, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

a) Solicitamos a confirmação da aceitação de atestados que comprovem experiência equivalente em manutenção em sistemas de controle de acesso com tecnologia biométrica digital ou com cartão de proximidade instalados em ambientes de Data Center, desde que atendam às exigências técnicas.

3 – Após análise detalhada do termo de referência - Pregão Eletrônico N° 90003/2026, especialmente do item 10.8.1.4, que trata da habilitação técnica para o presente certame, reproduzimos abaixo o trecho pertinente:

“10.8.1.4 Para o Grupo 3 INMET: A Licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a Licitante tenha executado ou esteja executando serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Datacenter Sala-Cofre ou Sala Segura, com características similares ao objeto da licitação, contemplando, no mínimo, as seguintes parcelas de maior relevância:

- a) Sala Segura ou Sala-Cofre com área mínima de 15 m²;

- b) Piso elevado, incluindo serviços de limpeza técnica;
- c) Sistema de climatização de precisão com capacidade mínima de 15 kW;
- d) Sistema de combate a incêndio utilizando gás FM200 ou equivalente;
- e) Sistema de detecção e alarme de incêndio, incluindo detecção precoce (VESDA ou similar);
- f) Sistema de monitoramento ambiental remoto (temperatura, umidade, alagamento, etc.) em tempo real 24x7, com central de atendimento dedicada e abertura de chamado automática;
- g) Sistema de controle de acesso (cartão de proximidade ou biometria).
- h) Teste de estanqueidade realizado conforme NFPA 2001 ou ASTM E779, devendo ser apresentado o relatório de comprovação do teste de estanqueidade da sala, emitido pelo organismo certificador.

No que concerne especificamente à exigência de acompanhamento do teste de estanqueidade por Organismo Certificador de Produto (OCP) para emissão do respectivo relatório, observa-se que tal requisito se mostra desalinhado ao objeto e ao escopo do presente certame.

Isso porque o escopo licitado refere-se à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, não havendo previsão de certificação formal do ambiente, tampouco indicação de que as salas atualmente existentes possuam certificações vigentes relacionadas à estanqueidade, resistência ao fogo ou outros requisitos de desempenho estrutural do invólucro.

Nesse contexto, a exigência de que o teste seja obrigatoriamente acompanhado por OCP acaba por restringir indevidamente a competitividade do certame, uma vez que transfere à fase de habilitação uma condição excessiva e não estritamente necessária à comprovação da capacidade técnica para execução do serviço, em possível afronta aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da ampla competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, destaca-se que a execução do teste de estanqueidade conforme NFPA 2001 ou ASTM E779 já constitui, por si só, metodologia técnica reconhecida e suficiente para comprovação da experiência da licitante, independentemente da participação de organismo certificador, sobretudo quando inexistente certificação formal do ambiente a ser mantida.

Dessa forma, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

- a) Solicitamos a confirmação de que serão aceitos atestados de capacidade técnica que comprovem experiência na realização de teste de estanqueidade conforme NFPA 2001 ou ASTM E779, independentemente do acompanhamento ou emissão de relatório por Organismo Certificador de Produto (OCP), considerando a inexistência de certificação formal do ambiente e visando à ampliação da competitividade, economicidade e vantajosidade do certame, sem qualquer prejuízo à qualidade técnica da prestação dos serviços.

4 – Após análise detalhada do termo de referência - Pregão Eletrônico N° 90003/2026, especialmente do item 10.8.1.1, que trata da habilitação técnica para o presente certame, reproduzimos abaixo o trecho pertinente:

“10.8.1.1 Prova de registro ou inscrição da empresa e de seus responsáveis técnicos por meio de apresentação Para todos os Grupos: da Certificação de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) da jurisdição da empresa, comprovando atividades compatíveis com o objeto,

demonstrando que possui responsáveis técnicos com atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma, conforme disposições descritas na resolução nº 336/1989 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). Apresentar “Certidão de Registro” do responsável técnico junto ao CREA dos Engenheiros Eletricista, Mecânico, Civil e Segurança do Trabalho;”

Sob essa ótica, entendemos que todas as áreas da Engenharia, exceto a de Segurança do Trabalho, devem apresentar a Certidão de Registro do responsável técnico junto ao respectivo conselho de classe (CREA/CAU), uma vez que o objeto principal da licitação está diretamente relacionado às disciplinas de Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica. No caso específico da Segurança do Trabalho, um profissional de nível técnico possui a competência necessária para inspecionar e atestar a conformidade dos serviços, não se mostrando imprescindível a apresentação da referida Certidão de Registro junto ao conselho de classe. Está correto nosso entendimento?

5 – Após análise detalhada do edital, especialmente do item que trata da qualificação técnicooperacional, verifica-se a exigência de comprovação de capacidade técnica por meio de atestado(s) compatível(eis) com o objeto licitado.

Diante disso, questiona-se se será aceita a comprovação da capacidade técnico-operacional mediante o somatório de atestados, desde que os documentos apresentados demonstrem a execução de parcelas similares, pertinentes e compatíveis em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

O presente questionamento fundamenta-se nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, considerando que a vedação ao somatório de atestados possui caráter excepcional e demanda justificativa técnica expressa e detalhada no processo administrativo, especialmente quando não houver acréscimo real de complexidade operacional pela soma dos quantitativos.

O entendimento do TCU também é no sentido de que a restrição ao somatório somente se justifica em hipóteses específicas, nas quais o aumento quantitativo implique efetivo aumento da complexidade técnica ou gerencial da execução, sob pena de restrição indevida ao caráter competitivo do certame.

Dessa forma, questiona-se se será admitida a apresentação de múltiplos atestados, em somatório, para fins de comprovação da qualificação técnica exigida no edital.

6 – Após análise detalhada do ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (MÍNIMAS E OBRIGATÓRIAS) - Pregão Eletrônico Nº 90003/2026, especialmente do item 32.14.1.7 e 32.14.1.8 , que trata das demandas imediatas para o presente certame, reproduzimos abaixo o trecho pertinente:

“32.14.1.7. Atualização/substituição dos equipamentos da entrada de energia na subestação. Trocar os 2 transformadores atuais por 2 transformadores de 750 kVA.

32.14.1.8. Substituição do gerador CUMMINS 380 kVA, por um novo gerador com capacidade 750 kVA.”

Diante do exposto, entende-se que o escopo da empresa contratada se restringe ao acompanhamento técnico da atualização dos transformadores e do gerador, não contemplando a execução direta de quaisquer intervenções, instalações ou substituições, as quais seriam realizadas por empresa terceira. Dessa forma,

questiona-se se está correto o entendimento de que a responsabilidade da futura contratada se limitará exclusivamente ao acompanhamento e fiscalização dessas atividades.